

HISTÓRIA E MEMÓRIA ENTRE EX-COMBATENTES: O CASO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-45)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Esta pesquisa é dedicada ao levantamento, sistematização e interpretação dos diferentes suportes e registros de memória, orais e escritos, legados por ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial (1939-45) nascidos no Brasil, independentemente do lado em que lutaram no conflito. No que se refere aos que combateram sob bandeira brasileira, importa interpretar de que forma estas lembranças moldaram uma determinada memória hegemônica da nossa participação naquele conflito. No que se refere aos indivíduos que lutaram do lado alemão, importa tentar entender que tipo de interpretação sobre a guerra é forjada por aqueles que lutaram do lado perdedor.

O número de estudos dedicados ao entendimento dos nexos e vinculações entre a história (enquanto disciplina acadêmica) e a memória (entendida como produção coletiva de lembranças sobre o passado) da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tem conhecido expressivo crescimento nos estudos históricos brasileiros em tempos recentes. Temas como a dominação cultural¹, a política externa², e até mesmo a história militar³, tem despertado interesse crescente dos historiadores nacionais.

Acompanhando um autor como Keegan⁴ percebemos a influência que a história militar (entendida como história enquanto acontecimento) exerce sobre a historiografia

¹ TOTA, A P. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda guerra. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

² CORSI, F. L. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo, UNESP/FAPESP, 2000.

³ BONALUME, R. A nossa Segunda guerra mundial: os brasileiros em combate. Rio de Janeiro, Expressão e cultura, 1995. e MAXIMIANO, C. C. Onde estão nossos heróis: uma breve história dos brasileiros na 2ª Grande Guerra. São Paulo, 1995, Ed. do autor.

⁴ KEEGAN, P. O rosto da batalha. Lisboa, Porto, 1982.

militar. E é justamente em função do efeito que os eventos militares provocaram, tanto sobre a sociedade mais ampla em geral quanto sobre os seus historiadores em particular, é que podemos compreender a relação que os estudos históricos brasileiros mantêm com a historiografia militar. Comparando as tradições historiográficas militares dos países de língua inglesa, francesa e russa, Keegan percebe que somente naqueles primeiros é que "... a história militar pôde ganhar o estatuto de um estudo humano, suscitando um vasto interesse junto aos espíritos informados"⁵ Segundo ele, tal se deve ao fato de que as campanhas militares desses países ocorreram via de regra em território estrangeiro, poupando a coletividade nacional mais ampla das desgraças mais imediatas da guerra, além do fato de que suas derrotas jamais ameaçaram a sobrevivência nacional. Os horrores da ocupação estrangeira, ou as perdas maciças de vidas humanas, jamais precisaram ser contempladas pelo historiador militar de língua inglesa, levando com que a sua literatura militar evitasse os piores problemas deste campo, como a difamação pessoal, a xenofobia, a linguagem bombástica, etc. Trata-se de uma abordagem bem diferente, portanto, do estilo e dos métodos adotados por autores franceses e russos, cuja história tem de conviver, num caso, com a questão de como poderia ter sido evitada a derrota e ocupação e, no outro, se teria sido possível evitar a morte de dezenas de milhões de cidadãos.

Posto nestes termos, o caso brasileiro, pelo menos no que se refere ao século XX *poderia* se aproximar bastante do modelo dos países de língua inglesa. Afinal de contas, a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália não implicou nem em perdas substanciais de vidas humanas e nem na ocupação estrangeira de nosso território. Contudo, tal não se verifica, na medida em que o mundo acadêmico brasileiro se mantém curiosamente distante do enfrentamento dos problemas suscitados pela necessidade de se interpretar a história militar e as diferentes memórias a ela associadas. Tal fato pode dever-se à ingrata e problemática relação que a Universidade manteve com o regime militar (1964-

⁵ KEEGAN, op. Cit. p. 46.

85). Durante aquele período, por um lado, expandiu-se o ensino de nível superior (inclusive de pós-graduação) de forma sem precedentes. Por outro, a censura e a repressão tanto às atividades políticas da oposição quanto ao ensino e a pesquisa críticos realizados dentro da Universidades, tolheu e mutilou a prática científica, em particular na área das humanidades.

Independentemente destas considerações, pode-se afirmar, com base no exame de diferentes suportes orais e escritos, que existe uma memória hegemônica sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial. Ela é moldada fundamentalmente pelo próprio Exército, enquanto o mais importante agente de preservação social daquela memória. Dentre a variedade de obras e fontes de referência disponíveis, gostaria de citar dois livros, um em nível nacional e outro local onde, cada qual a seu modo, assumem nesse esforço de divulgação de uma certa memória da FEB, uma importância desproporcional. Trata-se dos livros “A FEB pelo seu comandante”, de autoria do General João Batista Mascarenhas de Moraes (1946)⁶, em nível nacional; e o livro “O Paraná na FEB” de autoria de José Agostinho Rodrigues (1953)⁷, este último filiado à Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). De características fortemente ufanistas num caso e regionalistas de outro, e em ambos fortemente conservadoras, as duas obras – por razões que ainda cabem ser entendidas – acabaram por se converter nas principais fontes de referência para organização da memória dos ex-combatentes da Campanha da Itália (1944-45) na qual a FEB se viu envolvida. Naturalmente, seus fortes comprometimentos institucionais, seja num caso com o Exército, seja noutro com a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE), impõem severas limitações ao alcance interpretativo destas obras.

Se grandes foram as limitações colocadas ao estudo e entendimento da história militar nacional, maiores ainda foram aquelas relativas à experiência histórica dos brasileiros

⁶ MORAES, J. B. Mascarenhas de. A FEB pelo seu comandante. Rio de Janeiro, Imprensa no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960, 2ª edição.

⁷ RODRIGUES, A J. O Paraná na FEB, Curitiba, Imprensa Oficial, 1953.

que lutaram durante a Segunda Guerra Mundial contra a Nação Brasileira ou seus inimigos. Presumo que algumas centenas de brasileiros lutaram na Segunda Guerra Mundial sob a bandeira da Alemanha Nazista. Não se pode descartar até mesmo o fato de que indivíduos nascidos aqui tenham combatido entre si, levando em conta os dez meses de participação da FEB na Campanha final da Itália contra a Wermacht naquela guerra, embora até o momento inexistam evidências a respeito.

Por razões óbvias a todo leitor informado, a experiência de vida desses indivíduos, suas memórias e vivências, ficaram até recentemente silenciadas. O tabu contra os indivíduos que prestaram serviço militar sob a bandeira do inimigo, bem como a revelação ao fim da guerra do real significado do projeto nazista (genocídio, escravismo, racismo, totalitarismo, etc.) trabalharam para que a aparição desse tipo de relato permanecesse praticamente impossível. Contudo, a validade do exame e preservação desse tipo de memória sempre foi amplamente reconhecida: o testemunho daqueles que viveram, trabalharam e – neste caso – lutaram pelo III Reich pode nos fornecer pistas importantes para o entendimento de uma série de eventos que tornaram o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial possibilidades históricas, bem como sobre a forma pela qual estes indivíduos vivenciaram a experiência história da dupla cidadania em tempo de guerra.

Conceitos como cidadania e nacionalidade, bem como as práticas a eles associadas, são sempre o resultado de um processo de construção histórica. No caso dos imigrantes de origem alemã que vieram ao Brasil, bem como seus descendentes, tal processo foi vivido de maneira contraditória, senão conflituosa. Na base do conflito está a disjunção entre os princípios fundantes destes conceitos que, no caso alemão, priorizam a origem familiar do indivíduo. Em termos jurídicos, ele é entendido como o *juz sanguinis*. Já o caso brasileiro se prende ao local do nascimento, em se tratando de definir a cidadania e a nacionalidade do indivíduo. Juridicamente, esta prática é conhecida como o *juz solis*.

Sucessivos autores tem se dedicado à interpretar os conflitos que daí advieram para os imigrantes de origem alemã e seus descendentes, em especial na conjuntura da grande nacionalização (1935-45) desencadeada no período Vargas (1930-45)⁸. Contudo, não se tem dado ênfase à este conflito à luz da mais importante das obrigações cívicas que recai sobre os indivíduos do sexo masculino, ou seja, o serviço militar em tempo de guerra. Esta pesquisa também é dedicada ao entendimento da experiência histórica de indivíduos oriundos de famílias de origem alemã que, tendo nascido aqui no Brasil, se viram sob diferentes circunstâncias recrutados para lutarem nas forças armadas alemãs (*Wehrmacht*) durante a Segunda Guerra Mundial. Aqui o foco da pesquisa recai sobre o entendimento do processo de definição da nacionalidade e cidadania destes indivíduos à partir do seu engajamento na *Wehrmacht* (1939-45) até a regularização de suas obrigações militares perante o Exército Brasileiro (1946-1949).

Característica distintiva das memórias destes indivíduos é o seu caráter crítico das interpretações dominantes sobre a guerra, senão francamente revisionistas. Veja-se por exemplo a forma pela qual encaram o início da guerra. Aqui é importante destacar que foi justamente a promessa de garantir a integridade territorial da Polônia contra Hitler que levou a Inglaterra a declarar guerra à Alemanha em 1939. Contudo, a guerra foi declarada apenas contra a Alemanha. Nada se fez contra a URSS, a qual coube mais ou menos a terça parte do território polonês após a destruição do seu exército. Compreensivelmente meus entrevistados insistiam sempre em me chamar a atenção para o que lhes parecia àquela

⁸ LESSER, J. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1994, vol. 28, pp. 121-150. Ver tbm: SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. & SANTOS, R. (orgs.) Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996. pp. 41-58
_____, Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. In: Estudos afro-asiáticos, no. 20, 1991, pp. 165-184.

época (como ainda hoje) ser uma total incoerência da Inglaterra em declarar guerra apenas contra a Alemanha, já que sob essa alegação caberia também fazer o mesmo à URSS.

Outra crítica recorrente dos indivíduos entrevistados, às versões corrente sobre a guerra, diz respeito aos ataques aéreos. Esta última lembrança, embora revestida dos atrativos da divulgação da manifesta superioridade das máquinas e (no final da guerra) dos pilotos aliados, era constrangida pela memória das centenas de milhares de vítimas civis nos bombardeios à Alemanha. Não surpreende o interesse que desperta na Alemanha, ainda hoje, o estudo e a preservação da memória dos ataques aéreos terroristas anglo-americanos sobre aquele país. Menos surpreendente é a recorrência com que meus entrevistados se referem aos ataques aéreos terroristas perpetrados contra o povo alemão: eles próprios sofreram com estes bombardeios, neles perderam amigos e familiares e, finalmente, foram chamados a participar da defesa aérea de suas cidades.

Finalmente, cabe mencionar ainda o lugar ocupado pela memória do genocídio nazista entre os entrevistados. Nenhum deles revela ter tido conhecimento do processo de sistemático genocídio das minorias “indignas de viver” sob o III Reich e, quase todos eles duvidam que o mesmo tenha acontecido, pelo menos não na escala ou com a intencionalidade que hoje reputamos ao processo.

Esta postura é compreensível. Estudos recentes tem enfatizado o caráter excepcional da formação e recrutamento dos elementos envolvidos com o planejamento e execução das atividades genocidas do III Reich. Confrontando-se diretamente com interpretações que enfatizam o caráter dos alemães “comuns” que teriam se engajado como perpetradores do genocídio, estudos recentes tem destacado o caráter peculiar, de um ponto de vista social e psicológico, dos elementos mais destacados nas tarefas de extermínio, bem como o considerável esforço desenvolvido pelas elites nazistas tanto para legitimar a matança, quanto viabilizá-la mentalmente entre os perpetradores. Hoje sabemos que o assassinato a sangue-frio de famílias inteiras como rotina diária apresentava desafios mentais e

comportamentais incomuns aos seus executantes, levando a uma série de doenças psicológicas e comportamentos socialmente desviantes que a elite nazista teve de enfrentar.

Em tempos mais recentes, publicações mais radicais chegaram a propor que praticamente cada alemão adulto tinha consciência do genocídio e com ele concordava. A partir de um limitado número de evidências, chegou-se mesmo a proclamar-se que a adesão de alemães comuns ao programa do genocídio como perpetradores das matanças e torturas, seria resultado de um ato voluntário, resultado da crença amplamente disseminada de que os judeus eram realmente seres nocivos e perigosos, e por isso acreditava-se que seria não só necessário como urgente que eles “desaparecessem”.

Não se pode, absolutamente, descartar que – em algum grau –alguns indivíduos tenha aderido voluntariamente ao programa de extermínio e dele participado, em suas diversas e sucessivas fases, embora generalizações desse tipo sejam sempre arriscadas. Calcula-se que cerca de 40.000 indivíduos estiveram diretamente envolvidos no extermínio de seres humanos durante a vigência do III Reich. Número talvez igual a esse de pessoas eram necessárias para as atividades de apoio ao genocídio e, por extensão, também era altamente provável que soubessem das finalidades últimas de seu trabalho. Contudo, deve se levar em conta que a progressiva transformação das técnicas de extermínio visava tanto aliviar o fardo emocional que tinha de ser carregado pelos perpetradores, quanto garantir o sigilo da operação. Estas providências parecem ter sido bem sucedidas, em especial nos dois últimos anos da guerra⁹. Mesmo nessa época o extermínio em escala industrial promovido pelo nacional-socialismo ainda era objeto de franca descrença, tanto por parte da maioria das suas vítimas (como por exemplo das centenas de milhares de judeus húngaros arrebanhados quase que sem esforço para uma última grande leva de prisioneiros rumo a Auschwitz em 1944) quanto da opinião pública mundial – que precisou esperar o fim da guerra para ser convencida da extensão do genocídio nacional-socialista. Não é impossível

⁹ RHODES, R. *Mestres da morte*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

que a maioria do povo alemão ignorasse a inteireza do horror que encerravam os campos, mas certamente alimentava – no mínimo - enorme indiferença com relação ao destino dos seus internos. O debate a respeito do grau maior ou menor de responsabilidade dos alemães comuns, longe de se intensificar, parece estar aumentando, indicando que – talvez – o povo alemão tenha perdido a oportunidade histórica de ajustar as contas com seu próprio passado.

Em tempo de guerra, a maioria das pessoas se dedica a cuidar da sua própria sobrevivência, prestando muito pouca atenção ao restante do mundo. Tal fato deve ser levado em consideração ao pensarmos sobre as possíveis atitudes do povo alemão ao programa do genocídio, a fim de que as motivações para dele participar, ou ignorar seus resultados, não se resuma à uma correlação automática entre adesão à uma determinada visão de mundo e subsequente engajamento em determinada ação coletiva. O correto entendimento da experiência histórica do genocídio, e das experiências humanas relacionadas com a Segunda Guerra Mundial ainda vai continuar por muito tempo a desafiar os poderes de explicação do historiador. No que se refere aos nossos entrevistados, tais considerações são da maior importância, em se tratando dos entendimentos possíveis a partir da leituras de suas falas.